

EDITAL DE INTIMAÇÃO E LEILÃO JUDICIAL
VARA ÚNICA DO FORO DA COMARCA DE ANGATUBA – SP

Edital de 1ª e 2ª Praças do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados na lide e **INTIMAÇÃO** dos(as) executados(as) e respectivos cônjuges, se casados(as) forem, **EMERSON ROGÉRIO PEREIRA (CPF: 254.186.198-29)** e a eventual Credora Fiscal **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, extraído dos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por **GILSON DONIZETE DOS SANTOS (CPF: 332.981.408-05)**. Processo nº **0000918-55.2025.8.26.0025**.

A **DRA. LUCIANE DE CARVALHO SHIMIZU**, Juíza de Direito da Vara Única do Foro da Comarca de Angatuba – SP, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos este edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e a quem interessar possa que, com fundamento no artigo 882 e parágrafos, e art. 884, I e II, ambos do Código de Processo Civil, regulamentado pelos Provimentos CSM 1625/2009, 2306/2015, 2427/2017 e 2614/2021 do TJSP, Provimento CG 19/2021, Resolução 236/2016 do CNJ e Art. 250 e seguintes das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP, através do portal de Leilões online **CRIS LEILÕES** (www.crisleiloes.com.br), a Leiloeira Pública Oficial **CRISTIANE FRANKLIN SIMÕES, JUCESP nº 1.058**, levará a público pregão de venda e arrematação o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), tendo a **1ª PRAÇA início no dia 02/07/2026 às 14:15 horas e término no dia 07/07/2026 às 14:15 horas**, entregando-o(s) a quem maior valor ofertar, igual ou superior ao da avaliação atualizada, ficando desde já designada a **2ª PRAÇA com início no dia 07/07/2026 às 14:15 horas e término no dia 27/07/2026 às 14:15 horas**, caso não haja licitantes na 1ª Praça, onde serão aceitos lances de **50% (cinquenta por cento)** do valor atualizado da avaliação, nos termos da decisão do EVENTO 67, e conforme artigos 885 e 891 do CPC, em seu Parágrafo Único: *(Considera-se lance vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação)*.

LOTE ÚNICO: O VEÍCULO TOYOTA HILUX CD4X4 SRV, a Diesel, ano/mod. 2008/2008, de Placas MXC-1J77, “em bom estado de conservação, com pequenas avarias como o para-choque traseiro amassado e o para-choque dianteiro com pintura cor de rosa”, conforme Auto de Avaliação de EVENTO 30 e Auto de Apreensão de EVENTO 47. **AVALIAÇÃO DO BEM:** R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em fevereiro de 2026, conforme Auto de Avaliação de EVENTO 30. **AVALIAÇÃO ATUALIZADA DO BEM:** R\$ 112.403,63 (cento e doze mil, quatrocentos e três reais e sessenta e três centavos) em maio de 2026, que será atualizada pela Tabela Prática de Atualização Monetária do TJSP até a data da efetiva alienação do bem. **LOCALIZAÇÃO DO BEM:** O bem foi apreendido e encontra-se na posse do EXEQUENTE à Av. João Mário Volpi, nº 378, Jardim Elisa, Angatuba – SP, CEP 18242-538.

O BEM SERÁ VENDIDO NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA, SEM GARANTIA, CONSTITUINDO ÔNUS DO INTERESSADO VERIFICAR SUAS CONDIÇÕES ANTES DAS DATAS DESIGNADAS PARA A ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICA.

DO VALOR MÍNIMO DA VENDA DO BEM: Em **PRIMEIRA PRAÇA** o lance mínimo será igual ou superior ao valor da avaliação atualizada do bem, que será atualizada até a data do encerramento da Primeira Praça, e em **SEGUNDA PRAÇA** o lance mínimo será igual ou superior a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizada do bem, que será atualizada até a data do encerramento da Segunda Praça.

ÔNUS / GRAVAMES: Consta restrição judicial RENAJUD.

DOS RECURSOS: Consta a distribuição de Agravo de Instrumento em trâmite sob nº 4048642-28.2026.8.26.0000 e pendente de julgamento em 26 de maio de 2026.

DOS DÉBITOS FISCAIS: Não consta, nos autos, extrato de débitos fiscais do veículo. Os débitos de natureza fiscal que eventualmente recaiam sobre o veículo serão devidamente informados pelo órgão público nos autos, após intimação, atualizados e sub-rogados no produto da Arrematação, nos exatos termos do art. 130 do Código Tributário Nacional, constituindo obrigação do Arrematante a apuração da existência de eventuais débitos na hipótese da ausência destas informações nos autos.

OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: É obrigação do arrematante a análise e o conhecimento de todas as circunstâncias e peculiaridades acerca de sua arrematação, inclusive: a apuração da existência de quaisquer ônus que recaiam sobre o bem arrematado; a verificação do estado de conservação e documentação do bem arrematado; o pagamento tempestivo do lance e da comissão da Leiloeira Oficial; a regularização da representação processual, nos autos do feito onde houve a arrematação, por meio de Advogado devidamente constituído; e, por fim, a realização da remoção do bem arrematado às suas expensas.

DA ARREMATAÇÃO: O arrematante deverá assinar o auto de arrematação, conforme disposição do art. 903 do CPC, (Qualquer que seja a modalidade do leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º, deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos). Se o credor não optar pela adjudicação, participará das hastas públicas e pregões na forma da lei e em igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito, ressalvada a possibilidade de decisão distinta do juízo. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado.

PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE VENDA: O arrematante efetuará o pagamento à vista. **Pagamento à vista:** O depósito deve ser efetuado em até 24 horas do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial remetido ao juízo da causa. Decorrido o prazo sem que o arrematante tenha realizado o depósito do preço, tal informação será encaminhada ao juízo competente para aplicação das medidas cabíveis.

LANCES: Todos os lances e/ou propostas registradas no sistema eletrônico da CRIS LEILÕES possuem caráter irretroatável, irrevogável e intransferível, de modo que eventual arrematação será consolidada exclusivamente em nome do titular do cadastro que registrou os lances e/ou propostas. O sistema eletrônico da CRIS LEILÕES diferencia lances à vista de lances parcelados, ou seja, o sistema aceitará lances na condição parcelada somente se não houver lances à vista. A partir do momento que for recebido um lance à vista, os lances na forma parcelada não serão mais recebidos. No entanto, o participante poderá alterar a forma de pagamento a qualquer momento para permanecer na disputa e ofertar novos lances. Nos termos do art. 21 da Resolução 236 do CNJ, *“Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances”*.

COMISSÃO: A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, comissão esta não inclusa no valor do lance vencedor (art. 266 das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP), **e deverá ser paga, pelo Arrematante, à vista no prazo de 24 horas do encerramento do leilão**, através de transferência bancária para a conta indicada, e não será devolvida em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante. Conforme decisão de EVENTO 67, na hipótese de adjudicação, a comissão devida à Leiloeira será de 2% (dois por cento) do valor da avaliação atualizada do veículo.

DA FALTA DE PAGAMENTO: O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão da Leiloeira Oficial no prazo estipulado configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, ficando este impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida à Leiloeira, conforme artigos 39 e 40 do Decreto nº 21.981/32.

DA FRAUDE EM LEILÃO: A desistência da arrematação não será permitida, salvo nas hipóteses onde houver autorização por decisão judicial. O inadimplemento de qualquer das obrigações do Arrematante relacionadas aos pagamentos, valores e prazos estabelecidos na Lei e neste Edital, poderá configurar fraude em Leilão nos termos do art. 358 do Código Penal. Nesse caso, o licitante inadimplente responderá civil e criminalmente pelas ações praticadas. A Leiloeira, nesta hipótese, fica autorizada a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que observados os limites e regras previstos neste Edital.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO OU ACORDO: Se o executado após o deferimento, pelo d. Juízo, do presente Edital, pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, ou sendo firmado acordo entre as partes, este deverá arcar com ressarcimento das despesas documentalmente comprovadas com a remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, §7º da Resolução 236/2016 do CNJ. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, a leiloeira fará jus à comissão prevista neste Edital, nos termos do art. 7º, §3º da Resolução 236/2016 do CNJ e do art. 267, §4º das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos contatos (11) 99989-2121 ou (11) 3034-2121, e-mail: juridico@crisleiloes.com.br, ou ainda no endereço desta Leiloeira Pública Oficial no Condomínio Empresarial THERA FARIA LIMA, situado à Rua Pais Leme, nº 215, conjunto 1011, Pinheiros, São Paulo – SP, CEP 05424-150.

Fica(m) o(s) **EXECUTADOS(AS)**, na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), e demais interessados(as), **INTIMADOS(AS)** das designações supra. Se os executados forem revéis e não tiverem advogados constituídos, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo eles encontrados no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

DRA. LUCIANE DE CARVALHO SHIMIZU

Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Angatuba – SP